



**GRAFITES NO PAÍS DE MOSSORÓ:  
DISCURSO, MEMÓRIA E HETEROTOPIA NO ESPAÇO URBANO**

**GRAFFITI IN THE CITY OF MOSSORÓ: DISCOURSE, MEMORY  
AND HETEROTOPIA IN URBAN SPACE**

Edgley Freire Tavares<sup>1</sup>

“As heterotopias estão ligadas, mais frequentemente, a recortes do tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias” (FOUCAULT, 2008, p. 418).

**RESUMO**

Este trabalho estabelece um gesto de escrita remissivo analítico de séries enunciativas no interior de um arquivo já estudado sobre o discurso em torno da passagem de Lampião pela cidade de Mossoró, no ano de 1927. Na dispersão dessa discursividade da Resistência mossoroense ao ataque de Lampião, retomo pelo viés da análise discursiva foucaultiana dois fragmentos de análise, materialidades cuja função enunciativa é exercida pelas regras sócio-históricas e estéticas do grafitismo. Partindo disso, objetivei operar um deslocamento analítico que apontou como efeito conclusivo a singularidade do grafite como expressão política desestabilizadora de memórias, sentidos e de uma identidade cultural no espaço urbano da cidade de Mossoró/RN.

**Palavras-chave:** Discurso. Memória. Grafite. Cultura.

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor no Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras e Artes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FALA/UERN). Pesquisador membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1714-4946>. E-mail: [edgleyfreire@uern.br](mailto:edgleyfreire@uern.br).

## ABSTRACT

This work establishes a remissive writing gesture by analyzing enunciative series within an already researched archive about the discourse around Lampião's visit to the city of Mossoró, in 1927. In the dispersion of this discourse of the Mossoroense Resistance to Lampião's attack. Considering the dispersion of an archaeology of the discourse associated to the Resistance led by townspeople in Mossoró against the bandit Lampião, I once again avail myself of Foucauldian discourse analysis to investigate fragments of this narrative, materialities whose enunciative function is exercised by the rules and aesthetics of graffiti art. This analytical motion led to the conclusive understanding of graffiti as a means of political expression which destabilizes memories, meanings, and cultural identity in the urban space of Mossoró/RN.

**Keywords:** Discourse. Memory. Graffiti Art. Culture.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Esta escrita de análise do discurso é um gesto analítico em relação ao discurso da Resistência de Mossoró ao bando de Lampião, objeto de pesquisa sobre o qual sempre me debrucei e em torno do qual, agora, busco avançar novas proposições, com nova delimitação analítica. Recorto, como série enunciativa de análise, dois grafites que se encontravam em 2015 numa praça localizada na avenida Rio Branco, no centro desta cidade interiorana do Rio Grande do Norte.

Estabeleço como objetivo descrever como essas materialidades discursivas do grafite representam uma descontinuidade e ruptura histórica e semiológica em relação à política cultural mossoroense. Para tanto, penso os dois grafites por meio de outras correlações teórico-metodológicas, situando-os como enunciados verbo-imagéticos, para descrever “a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam.” (FOUCAULT, 2007, p. 131).

Os dois grafites mencionados fazem parte de uma formação discursiva que instaura na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, um efeito de sentido de resgate imaginário e simbólico *ad infinitum* a partir do qual giram práticas culturais, políticas, econômicas e administrativas (TAVARES, 2015; FALCÃO, 2018). Ao retomar a historicidade, os jogos de memória e os efeitos de sentido dos grafites,

interrogo-os como expressão política correlacionada ao acúmulo discursivo-imagético em torno da passagem do infame cangaceiro Lampião pelas terras potiguares há quase cem anos, partindo, sobretudo, da proposta foucaultiana de descrição arqueológica das discursividades (FOUCAULT, 2007).

Para apresentar ao leitor as duas materialidades do grafite e seus efeitos no espaço urbano de Mossoró, torna-se necessário situar brevemente determinadas regularidades discursivas no interior do que chamo arquivo da Resistência mossoroense, pois somente assim é possível compreender a singularidade enunciativa dos grafites analisados. Este percurso analítico situa-se, em grande medida, no que propôs Orlandi (2003): um projeto de ler a cidade e seus modos de significar entre a paráfrase e a polissemia. Ao tomar o espaço urbano mossoroense como atravessado por uma política da cultura e da memória, busco também compreender processos de significação e relações de sentido estabelecidos na articulação do tempo, do espaço e do corpo dos sujeitos urbanos (ORLANDI, 2003).

A memorialística da Resistência, condição histórica de possibilidade para os dois grafites trabalhados, organizou-se na cidade durante as últimas décadas a partir das letras dos jornais, na literatura de cordel, em correspondências preservadas, em manifestações teatrais e, notadamente, nos escritos de intelectuais da região a partir dos anos 1950. Em curtas palavras, a passagem do bando de cangaceiros pela cidade de Mossoró no ano de 1927 tornou possível uma trama política e cultural que faz a história local refém da memória da elite política, econômica e religiosa da cidade (SILVA, 2004; FALCÃO, 2018). Ou, a constatação, nos termos da historiadora e analista do discurso Robin (2016, p. 31), de que o passado não é livre, pois nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte, sendo ele “regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente”.

Toda uma memorialística se edifica sobre o passado mossoroense contado com exaltação, construindo a cidade metonimicamente nos tons da glorificação, da vanguarda social e política, da resistência e da liberdade do seu povo, de líderes políticos, econômicos e religiosos fortes. Toda uma herança simbólica é fabricada e organiza a cidade e sua cultura, instituindo uma identidade local, metáfora do desejo pela continuidade do sentido. Como será possível ver, é justamente o perpétuo do sentido aquilo que irá se rachar nos grafites. Ao fazer a crítica aos discursos da tradição, Albuquerque Jr. (1999, 2007) evidencia como certas práticas elaboram a

cultura pelos significantes da continuidade, da repetição, do resgate e da origem como fonte do sentido, sobressaindo nesses usos da história a noção estrutural e estruturante de identidade. Para o referido autor, há fragmentos discursivos que produzem a cultura como uma essência, numa forma de fazer ver silenciadora das singularidades históricas que tornam possível o movimento, o múltiplo, a incompletude e a diferença nas práticas culturais.

Nos modos de dizer e fazer ver a cultura mossoroense funciona uma articulação de saber-poder-subjetividade que fabrica uma memória da Resistência a Lampião como herança simbólica na maior parte das vezes pretensamente imutável. Institui-se, para tanto, um trabalho de invenção da identidade cultural local, que deve ser preservada, sacralizada e ritualizada numa política do resgate que “traz embutido o mito da pureza das origens, de um tempo onde o acontecimento era idêntico a si mesmo, em que o evento é semelhança absoluta, identidade consigo mesmo.” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 15). Historicamente, a semiologia da Resistência faz correlação com o imaginário nordestino fabricado e organizado nos ritos das invenções das tradições, em formas de fazer ver e fazer falar que inscrevem as insígnias do passado nos corpos dos sujeitos, numa fabulação que “faz da história o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta.” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 93).

A fabricação do imaginário local mossoroense se dá no funcionamento de um dispositivo cultural que articula formas de saber, relações de poder e correlações políticas em práticas discursivas e não discursivas diversas. Ao pensar a cultura como dispositivo, faço referência ao conceito foucaultiano de dispositivo, fundamental teórica e metodologicamente para o estudo do discurso. Em uma de suas entrevistas, à época da publicação do vol. I da história da sexualidade, Foucault (2000, p. 244) define dispositivo como

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Ao comentar Foucault, Deleuze (1995) pontua que o dispositivo é a tensão entre as curvas do dizível e as curvas de visibilidade nas regularidades de uma formação discursiva, conceito que possibilita expandir a noção de discurso, pensando-o indissociável das relações de saber e poder, das condições históricas de sua possibilidade, dos lugares de enunciação, das ordens do discurso e das instituições que o atravessam. Assim, abre-se caminho para o estudo do enunciado como acontecimento, descrito nos jogos de uma formação discursiva, conceito igualmente estabelecido por Foucault (2010, p. 04), que a pensou como “o conjunto das relações que a definem e a situam entre os outros tipos de discurso [...] e no contexto não discursivo no qual funciona (instituições, relações sociais, conjuntura econômica e política)”.

Na sequência, proponho dois caminhos: contextualizo a política cultural em torno da memória da Resistência a Lampião e, após, apresento a análise das duas materialidades discursivas do grafite.

## 2 O MOSAICO DA RESISTÊNCIA

A memória discursiva da Resistência de Mossoró ao bando de Lampião tem sido central nas últimas décadas na cultura local. Para entender isto, cito a recente criação da Secretaria Municipal de Cultura por meio de lei complementar<sup>2</sup>.

### GABINETE DA PREFEITA LEI COMPLEMENTAR Nº 133 DE 07 ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, altera a Lei Complementar n. 105, de 4 julho de 2014, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ,  
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Mossoró aprovou e EU sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Cultura, integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Mossoró.

Art. 2º - A Lei Complementar n. 105, de 4 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. ....

IV - .....

a) Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer – SEMEEL;

.....

<sup>2</sup> Mossoró, 07 de abril de 2017 de Ano IX | Nº 402. p.01.

o) Secretaria Municipal de Cultura - SMC” (NR).

#### Seção VII – Da Secretaria Municipal de Cultura

“Art. 38-A - À Secretaria Municipal de Cultura compete:

I - elaborar e executar, com a cooperação do Conselho Municipal de Cultura, a política cultural do Município;

II - estimular e apoiar a produção cultural por meio de políticas e atividades específicas, dentre elas a renúncia fiscal a favor da Cultura, nos termos da lei;

III - promover concursos e salões reveladores de novos talentos e estimuladores da produção cultural da cidade, e instituir premiações correlatas;

IV - criar e gerir programas, projetos e atividades que visem à formação e o aperfeiçoamento cultural de novas gerações de artistas e a formação de plateias;

V - estimular a criação e o desenvolvimento de grupos culturais infanto-juvenis, como forma de iniciação em várias modalidades de expressão artística em articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Juventude,

VI - fomentar a editoração gráfica, fonográfica e cinematográfica da produção literária e artística local;

VII - resgatar, por intermédio de estudos e pesquisas, o acervo que compõe a tradição cultural do município;

VIII - apoiar as manifestações e grupos folclóricos como componentes especiais da nossa identidade cultural;

IX - apoiar, técnica e administrativamente, o Conselho Municipal de Cultura;

X - coordenar, em articulação com as demais Secretarias Municipais, o projeto Mossoró Cidade Junina, a Festa da Liberdade e outros projetos culturais de potencial turístico;

XI – gerir os seguintes órgãos e equipamentos culturais, que lhe ficam subordinados administrativamente:

a) Teatro Municipal Dix-Huit Rosado;

b) Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte;

c) Estação das Artes Elizeu Ventania;

d) Escola de Artes composta de:

Escola de Música Dr. Pedro Ciarlini; 1. Escola de Teatro Kiko Santos;

2. Escola de Dança Augusto da Escóssia Nogueira<sup>3</sup>. Neto;

e) Museu Municipal Lauro da Escóssia; e

f) Memorial da Resistência.

XIII - gerir orçamento, materiais, equipamentos e pessoal do Sistema Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 4º - As dotações orçamentárias consignadas pela Lei n. 3.526, de 12 de janeiro de 2017, à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referentes a ações, projetos e atividades de cultura, especialmente na função 13, ficam consignadas à Secretaria Municipal de Cultura.

Parágrafo único - A Secretaria de Planejamento e a Controladoria Geral do Município adotarão as medidas administrativas e normativas para cumprir o disposto no caput, não afetando o limite estabelecido no art. 4º da Lei n. 3.526, de 12 de janeiro de 2017.

Art. 5º - Ficam transformados um cargo de Secretário Executivo (DSE) e seis cargos de vice-diretor de Escola III (VDE3) em um cargo de Secretário (DSG).

Art. 6º - Regulamento disporá sobre a estrutura organizacional e de cargos da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 7º - Fica revogado o art. 26 da Lei Complementar n. 105, de 4 de julho de 2014.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró (RN), 07 de abril de 2017.

ROSALBA CIARLINI  
Prefeita

Ao traçar uma escansão no enunciado jurídico administrativo transcrito acima, evidencio um gesto de interpretação que, por estar regido por uma arte de governar, instaura uma forma de racionalidade política em torno da cultura. O direito à cultura é uma das garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito, conforme expressa o Art. 5º da Constituição Federal, sobressaindo-se a letra do seguinte parágrafo<sup>3</sup>: “IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;”. Isso posto, evidencia-se uma contradição constitutiva materializada no documento municipal, pois como veremos a política da cultura em Mossoró na maior parte das vezes regula e cerceia modos de fazer lembrar o passado, pois dita os espaços de circulação da memória valorizados pela política local.

Na cidade, o passado não pode ser qualquer um, instituída como está a forma canônica de preservar a memória. É necessário entender como uma memória da Resistência pode ser indexada à razão política e tomar a forma tradicional e regulada que assume hoje, ainda que pontos de descontinuidade nas artes e nas mídias digitais sejam possíveis.

A lei complementar nº 133, de 07 de abril de 2017, regula a elaboração e a execução de uma política cultural mossoroense, passando deste ponto em diante a delimitar as prioridades desta política, a exemplo das formas de fomento e formação cultural de jovens, do apoio a grupos folclóricos e a editoração gráfica, fonográfica e cinematográfica do que venha a constituir a produção literária e artística local. Como o documento permite ler, as letras ganham especificidade nos parágrafos X e XI, ao

---

<sup>3</sup> Constituição Federal 1988 – Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais (BRASIL, 2006, p. 13).

tomarem como referentes os eventos com potencial turístico, destacando-se o *Mossoró Cidade Junina* e a *Festa da Liberdade*, eventos anuais da cidade que exploram com interesses conservadores nuances do sentido dessa trama simbólica e imaginária em torno da passagem de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, por esta cidade interiorana do Rio Grande do Norte.

A lei complementar também institui no fio do discurso a legitimidade de alguns lugares de memória (NORA, 1993), nomeados como órgãos e equipamentos culturais, a exemplo, o Teatro Dix-Huit Rosado, a Biblioteca Municipal, a Escola de Artes, o Museu Municipal Lauro da Escóssia e o Memorial da Resistência. Os referidos espaços tradicionais de produção/manutenção da cultura e da identidade estão todos localizados no centro da cidade, na Avenida Rio Branco ou no seu entorno imediato, espaços, portanto, de muita visibilidade.

A correlação entre a memória da Resistência e a política cultural local começa bem antes, quando a gestão da narrativa da invasão do cangaceiro Lampião começou a ser indexada ao projeto político da Família Rosado. O arquivo aponta uma ruptura fundamental entre as letras dos jornais do ano de 1927 e todas as séries enunciativas que se tornaram possíveis no decorrer das décadas: cada vez mais os enunciados deixam de nomear o acontecimento de 1927 como a invasão de Lampião ou o assalto do bando de Lampião e passam a nomear o acontecimento como a resistência da cidade à invasão do bando de cangaceiros.

Há condições históricas de possibilidade e de inteligibilidade para essa mutação temática e semântica, no ponto específico em que o poder público se coloca como porta-voz, gestor e guardião do passado e das formas de inscrição da memória nas práticas da cultura local. No livro *Os Rosados encenam: estratégias e instrumentos da consolidação do mando*, Silva (2004) estabelece um corte para o advento daquilo que ele nomeia de ideologia rosadista de dominação simbólica, o ano de 1948, em que Dix-Sept Rosado foi eleito prefeito da cidade de Mossoró, marcando o retorno da oligarquia ao poder político da cidade. Com isto, intensificase a sistematização de uma racionalidade cultural política iniciada pela família Rosado e perpetuada nas décadas seguintes por todos os grupos políticos que revezam o exercício do poder local. Nesta historicidade, foi crucial a criação da *Coleção Mossoroense*, linha editorial que fez dispersar formas de pensar os quadros de referência simbólicos de interesse do poder público. Essa prática discursiva rosadista produziu uma apropriação “dos fatos e personagens históricos da cidade,

criando, assim, uma relação entre o passado e o presente onde todos passam a associar os feitos históricos da cidade aos membros da família.” (SILVA, 2004, p. 121-122).

Muitos foram os escritores, artistas e intelectuais da cidade capturados por esse dispositivo cultural, não cabendo aqui o inventário das escritas da memória mossoroense e dos usos políticos do seu passado (SILVA, 2004; TAVARES, 2015; FALCÃO, 2018). Ainda assim, a apresentação da análise discursiva dos dois grafites pede aqui a contextualização de outras correlações entre enunciados desta formação discursiva da Resistência.

Dessa interdiscursividade, destaca-se o livro *A marcha de Lampião*, escrito por Fernandes (2007), filho do prefeito da cidade à época da passagem de Lampião por Mossoró e prefaciado por Câmara Cascudo, renomado intelectual folclorista norte-rio-grandense. No livro *Notas e documentos para a história de Mossoró*, Cascudo (2010) registra o episódio no qual foi convidado a escrever a história mossoroense, por ocasião de sua ida à cidade em 1953 para proferir aula inaugural no curso de antropologia cultural.

Assim escreveu Câmara Cascudo:

Antes do jantar, Vingt-un mostrou-me o convite oficial para escrever uma história de Mossoró. Havia convite anterior, mas fora impossível troca de correspondência. Quando fui fumar e olhar as estrelas na Praça Souza Machado, já estava nomeado historiador de Mossoró (CASCUDO [1955], 2010, p.07).

Já no prefácio, Cascudo (2007) afirma que a narrativa de Raul Fernandes deve ser lida como obra de investigação e ternura, de estudo e conclusão, raciocínio e entendimento sociológico. O tom vanglorístico e hiperbólico do livro de Raul Fernandes é antecipado ao leitor por Câmara Cascudo que vê na obra um testemunho, um depoimento à história baseado na memória do autor e na veracidade dos fatos, algo que segundo o folclorista natalense serviria ao patrimônio emocional da Terra e da gente que o autor amava, filho mossoroense como era Raul Fernandes. Câmara Cascudo insinua-se pelo mesmo exercício enunciativo de engajamento regulador do passado mossoroense, constituindo também as imagens, as representações e as ideias que os anos iriam sacralizar como basilares para uma semântica da Resistência. Ao seu modo, Cascudo (2007) vai explicar por referência aos meios sociais, climáticos, psicológicos e mesmo econômicos, o episódio da

batalha de Mossoró contra os cangaceiros, tática narrativa usada em uníssono pelos escritores guardiões do passado mossoroense.

O prefácio é concluído nos seguintes termos:

Creio, lendo esta MARCHA admirável, que Raul Fernandes ouvia a confiança sonora e persistente de Luís de Camões. Não me mandas contar estranha história, mas mandas-me louvar dos meus a glória! Natal, janeiro de 1978. Luís da Câmara Cascudo” (CASCUDO, 2007, p. 21).

O livro de Raul Fernandes é um ponto decisivo na consolidação de uma estrutura narrativa regular no arquivo da Resistência, organizada em torno de quatro objetos de discurso: a cidade de Mossoró, o bando de Lampião, o povo mossoroense ou os resistentes e o assalto ou ataque, tematizados em toda a extensão do livro, com descrições, representações e caracterizações que definem até os dias atuais o modo hegemônico de fazer lembrar, fazer ver e fazer falar o acontecimento de 1927. Reproduzo um trecho do livro de Raul Fernandes, necessário para a compreensão dos efeitos da prática discursiva do grafite.

#### RAZÕES DO LIVRO (transcrição)

“... você não pode deixar que se perca a história do assalto de Lampião a Mossoró”. Inúmeras vezes ouvi esse apelo de amigos, do homem comum e de intelectuais.

Em 1927, cursava as Faculdades de Direito e Medicina da Bahia. Nas férias de junho, ao visitar meus pais em Mossoró, encontrei nossa casa tumultuada. Bandidos do interior do Nordeste, liderados por Lampião, planejavam assaltar a cidade - a mais rica do Estado. Ninguém acreditava! A nova chocava a opinião geral. A descrença dificultava os preparativos da defesa idealizada por meu pai, Rodolfo Fernandes, então prefeito.

E aconteceu. A horda de malfeitores invadiu o Rio Grande do Norte, sem dificuldade. Às portas da cidade, exigiu grande soma, a fim de poupá-la dos mais terríveis vexames. O Prefeito revida a ameaça. Os bandidos investem contra sua residência. Inicia-se a luta. Fragorosamente derrotados, são expulsos para além das fronteiras potiguares. A seu exemplo, os Estados vizinhos desencadearam tenaz campanha de extermínio ao banditismo. Eliminaram a possibilidade de organização de novos grupos de salteadores, forçando-os a se deslocarem para outras regiões.

O assalto a Mossoró despertara a Nação para o grave problema, marcando o declínio do cangaceirismo nessa faixa do Nordeste.

Pesava-me, contudo, deixar perder-se, no tempo, o grande feito dos mossoroenses.

Em 1965, o escritor Raimundo Nonato enfeixou no livro "Lampião em Mossoró" valioso documentário - artigos de jornais, depoimentos, processos, entrevistas, folclore, roteiros e fotografias enriquecido de correções. Salvou precioso acervo. Com o passar dos anos, distorções sobre o fato histórico tomaram corpo.

Cedi, finalmente, ao imperativo dos amigos. Durante mais de quinze anos, aprofundi-me nas pesquisas, trazendo à luz fatos inéditos. Preocupei-me, sobretudo, com a imparcialidade. Anotava depoimentos lógicos. Confrontava-os com outros sobre o mesmo assunto. Repetia visitas aos locais maculados pelo bando, em suas tropelias nos Municípios de Mossoró e Apodi. Sem pressa, esclarecia as dúvidas. Tomava o testemunho das pessoas que viveram o drama. Na falta, recorria aos parentes das Famílias, marcadas pela passagem da malta. Ouvi guias, reféns, vítimas, prisioneiros, cangaceiros e componentes das trincheiras - um mundo de gente. Colhia a confirmação dos acontecimentos por mim presenciados. O documentário fotográfico é da época e, em parte, exclusivo. Levantei mapas e roteiros. Desprezei o romance de leitura amena pela história comprovada. Acautelei-me das narrativas distanciadas do verismo dos fatos.

Os bandidos palmilharam quatro Estados, implantando o terror. Cobriram no percurso de ida e volta mais de mil e quinhentos quilômetros. No Rio Grande do Norte, fizeram cerca de quatrocentos, em quatro dias e meio. Foi uma cavalgada sem precedentes, na crônica do Cangaço. Daí, o nome do livro - A MARCHA DE LAMPIÃO.

A vitória de Mossoró, em prol do bem comum, fixou o heroísmo de seus filhos. Feito proclamado nos quatro cantos do País. Lição de grandeza de um povo pleno de civismo consciente, do qual todo o Nordeste exultou agradecido.

Reverencio a memória de meu pai Rodolfo Fernandes. Louvo a coragem daqueles que o ajudaram - a Polícia e a população, em geral. Nesse trabalho não desejei desmerecer pessoas. Cabe à História o julgamento. Raul Fernandes (FERNANDES [1978] 2007, p. 23-24).

A obra *A marcha de Lampião* foi publicada na época da comemoração dos cinquenta anos da defesa da cidade contra o mítico cangaceiro. Em tons épicos, a produção de Fernandes (2007) é uma narrativa da Resistência mossoroense ao cangaço que se confunde com a escritura das glórias de uma cidade que tem um passado de conquistas, vanguardas e liberdades, cidade cujo passado sempre fez surgir líderes políticos fortes, verdadeiros heróis locais. O livro de Raul Fernandes estrutura e organiza os polos temáticos desta prática discursiva, sendo a peça mais

lapidada de uma forma de fazer ver e fazer lembrar o passado mossoroense, *modus* indexado à racionalidade política que inscreve no espaço urbano uma memória pretensamente livre das intempéries do tempo.

Ao assumir a posição de narrador, Raul Fernandes atribui a si uma responsabilidade enunciativa sobre o passado e sobre um pretenso modo verdadeiro de contá-lo, autorizado, sobretudo, por ser filho do grande herói da Resistência mossoroense, Rodolfo Fernandes. Ao lado deste, na disposição narrativa, só o próprio Lampião, seu correlato, o bandido a ser combatido, mal a ser expurgado.

Há, portanto, uma política e uma batalha pela memória que tornou possível uma dispersão enunciativa produtora da Resistência como um evento glorioso, batalha épica e fonte de inspiração cívica. Em sua pesquisa, Falcão (2018) faz a escrita da história dos modos de contar o passado mossoroense em práticas de memória na cidade. Para o historiador, diversas narrativas tornaram possível uma fabricação e um uso do passado mossoroense como estratégia de poder das famílias Escóssia e Rosado. Essas famílias financiaram uma escrita que, ao longo de um século, direcionou o que deveria ser ou não lembrado como passado mossoroense, algo como uma estratégia de saber-poder na qual os grupos políticos “se apropriam do tempo e do espaço comemorativo no sentido de ampliar as relações políticas com a sociedade mossoroense.” (FALCÃO, 2018, p.290).

Situadas as condições discursivas e históricas de possibilidade para o surgimento das materialidades discursivas do grafite, passo para a descrição final do percurso analítico.

### **3 O GRAFITE COMO EXPRESSÃO HETEROTÓPICA**

Como mostrado acima, todo um dispositivo cultural se constitui historicamente na cidade de Mossoró ao longo das últimas décadas e produz uma narrativa da Resistência hegemônica e legitimada pelo poder público local. Como é próprio aos dispositivos (DELEUZE, 1995), há sempre linhas de fuga e de ruptura tensionado as práticas discursivas e as não discursivas. As duas artes urbanas, dispostas a seguir, representam uma descontinuidade, uma relação outra com o tempo, não linear e marcado pela diferença como o real da história. Nesta breve arqueologia da memória da Resistência mossoroense, penso com Foucault (2007), para lembrar que as

discursividades não possuem uma verdade, e sim, uma história. E, portanto, a memória está aberta ao múltiplo, ao inatingível do todo do sentido, à diferença.

É o que os dois grafites materializam.

**Figura 01** – Grafite da Skate Park, Mossoró/RN.



**Fonte:** acervo do autor (2015).

À revelia de toda uma política cultural que institui espaços de memória e recorta o modo canônico de fazer lembrar o acontecimento de 1927, o artista grafita rupturas na memória da Resistência e institui uma heterotopia da lembrança, ou um espaço outro para lembrar. Ao trazer a problemática dos espaços para a sua arqueologia, Foucault (2006, p. 416) situa a possibilidade de uma heterotopologia como a descrição sistemática dos “espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que viemos”. Conceitualmente, a ideia de heterotopia foucaultiana traz no centro de sua provocação a possibilidade de uma relação espacial e temporal que faz ruptura com a hegemonia nos espaços, com o normal das formas de ser, ver e dizer. Nestes termos, a *Skate Park*, ponto de encontro dos adeptos da prática de skate, torna-se uma heterotopia, um espaço outro produtor de uma relação outra com o tempo, já que se instituiu na praça, na duração em que a expressão do artista pôde lá permanecer, uma maneira outra de fazer lembrar os referenciais simbólicos da cidade e um modo de cultuar novos significantes. Retomando os termos foucaultianos, é possível afirmar que a praça dos skatistas, onde foi possível visualizar os dois grafites, é um espaço-tempo outro, pois, “de fato, cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade, e a mesma

heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura na qual se encontra, ter um funcionamento ou um outro.” (FOUCAULT, 2006, p. 417). Ao trazer luz para a estética skatista, o artista produz numa sincronia a tensão entre o presente e o passado.

A materialidade discursiva do grafite produz deslocamentos na cultura e no tempo, pois em sua atualidade, o artista questiona um tempo que não passa, uma memória que não se altera. Deste modo, afirmo que a expressão política e artística do grafite é heterotópica, pois evidencia o quanto a memória sofre acúmulos, atravessamentos, deslocamentos e redefinições. Ao se debruçar também em torno da problemática dos espaços, Nora (1993) mostra como a contemporaneidade marcou a passagem de uma reflexão histórica antes centrada na continuidade de uma memória para a constatação de que a memória se projeta na descontinuidade de uma história. Fabulação do passado, a memória só pode existir nas derivas do tempo e nos deslizamentos do sentido, já que “a alucinação artificial do passado só é precisamente concebível num regime de descontinuidade.” (NORA, 1993, p. 19).

O grafite retoma e desloca a memória sacralizada, reposicionando em outra simbologia significantes fundamentais da narrativa da Resistência. A arte estava visível no mesmo espaço urbano do centro da cidade, na mesma avenida Rio Branco, conhecida como *corredor cultural* e que abriga outros lugares de memória legitimados pela política cultural mossoroense, a saber, o Memorial da Resistência, a Igreja São Vicente e o teatro municipal, espaços autenticados como lugares de uma memória hegemônica e ajustada aos interesses das elites locais.

Os grafites da *Skate Park* produziram uma ruptura histórica com seus contornos, formas, cores e, sobretudo, no modo como atualizam os velhos significantes da imagética da Resistência à Lampião. Retornar não é repetir (ORLANDI, 2017), pois o artista em seu gesto interpretativo retoma no segundo plano a iconografia da Igreja São Vicente, palco principal da luta entre os bandidos de Lampião e o povo mossoroense, conforme a regularidade na narrativa da Resistência. O grafite abre o espaço para outra espacialidade e temporalidade, faz lembrar na diferença, e outros significantes entram em cena no primeiro plano: a coruja e a caveira, normalmente relacionados à morte. O que o artista faz lembrar?

Na cultura ocidental, há uma regularidade discursiva que associa esqueletos e corujas à simbologia da morte. Como exercício artístico e político, a expressão do grafite confronta passado e presente, vida e morte, lembrança e esquecimento. Como

o segundo mural grafitado deixa ver, há uma predominância pela iconografia da caveira nos murais, reforçando que algo deve morrer. Leia-se: esquecido.

**Figura 02** – Grafite da Skate Park, Mossoró/RN.



**Fonte:** acervo do autor (2015).

Se na primeira arte, o chapéu de três pontas, típico da estética do cangaço, vai adornar a caveira, na segunda, vai adornar a representação do que é possível entender como a de um skatista. O típico adereço vai ser o ponto de deslocamento entre aquilo que deve passar, desvanecer, obscurecer, e o que deve ganhar luz, cor e sentido: outra cultura se impõe visível pela expressão artística e política.

O grafite é arte heterotópica porque estabelece uma desconstrução dos retratos do passado no espaço mesmo onde essa memória se sacraliza: na própria extensão da Avenida Rio Branco. Na praça, outro espaço, outra relação com o tempo se constitui, denegando as velhas imagens do passado e dando visibilidade para outra cultura, para outra forma de fazer sentido, a dos próprios skatistas, que reclamam espaço e a possibilidade de inscrição na memória da cidade.

O grafiteiro desestabiliza sentidos, transgredindo as grades semânticas da imagética da Resistência. A segunda materialidade discursiva, ser correlacionada com a primeira, torna possível entender, com Foucault (2006), um dos aspectos da heterotopia: a heterocronia. Em outros termos, temporalidades diferentes se fundem na conjunção dos dois grafites e os velhos significantes vão fazer a dança dos sentidos e tornar possível uma ruptura no tempo. A *Skate Park* fica em contiguidade com todo um acúmulo enunciativo-imagético que não cessa de se inscrever em outros lugares da mesma Avenida Rio Branco, em especial, no Memorial da

Resistência, espécie de arquivo público da narrativa hegemônica da Resistência, no qual se pode ver, por exemplo, painéis gigantes dos cangaceiros do bando de Lampião, alguns dos quais nem faziam parte do bando à época do assalto.

O segundo grafite arremata a conjunção entre as estéticas do cangaço e do skate, fazendo ver a figura de um jovem trajando adereços típicos dos praticantes e frequentadores da praça, conjugados ao típico chapéu de pontas adornado, produzindo outra espacialidade e outra forma de subjetivação no espaço da cidade. *O gigante acordou para contar outra história*, é a inscrição dada a ler no grafite e que produz no espaço urbano a possibilidade histórica de deslocamento da memória e dos sentidos. O artista local elaborou linguisticamente e imageticamente a metáfora do gigante, como aquele que parece insurgir contra uma temporalidade que parece não passar. É a referência aos pares, skatistas, desportistas que muitas vezes são mal vistos pela sociedade, o referente do gigante. A outra história é uma nova cultura, uma relação diferente com o presente e com o passado da cidade: o grafiteiro produz com sua arte o inevitável fluir do sentido e da memória no espaço urbano.

As materialidades do grafite evidenciam a possibilidade da diferença nas formas de racionalidade em torno do passado. Há correlações de poder e de saber em torno do discurso da Resistência mossoroense, apontando a necessidade de realizar a descrição do “conjunto de formas de racionalidade que puderam, em um dado momento, em nossa época e mais recentemente também, ser dominantes nos tipos de saber, nas formas técnicas e nas modalidades de governo ou dominação” (FOUCAULT, 2008, p. 324). Dominar pela via do simbólico e do imaginário tem sido uma prática central na política local. A via para uma liberdade do lembrar é possível e as duas artes analisadas materializam a expressão de resistir às formas de governo da vida que instituem na cidade de Mossoró uma política do lembrar que, como espero ter mostrado, não é capaz de barrar o real da história, pois a heterotopia da lembrança é sempre possível.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**. Salvador: EdUFBA, 2007. p. 03-26.

CASCUDO, Luís da Câmara. Antes da marcha... (prefácio). In: FERNANDES, Raul. **A marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/Coleção Mossoroense, 2007. p.19-22.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/Coleção Mossoroense, 2010.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert; DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

FALCÃO, Marcílio Lima. **No labirinto da memória: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssia e Rosado (1902-2002)**. 2018. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas - Vol. 12 (1914-1916)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. p.74-112.

FERNANDES, Raul. **A marcha de Lampião: assalto a Mossoró**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/Coleção Mossoroense, 2007.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-247.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e pós-estruturalismo. Espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.307-334.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.01-24.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. Vol. 10, São Paulo, dez. 1993. p. 07-28.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Por uma enciclopédia da cidade**. Campinas/SP: Pontes/LABEUB, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele. Discurso e real da história**. Campinas/SP: Pontes, 2017.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados encenam**: estratégias e instrumentos da consolidação do mando. Mossoró: Queima Bucha, 2004.

TAVARES, Edgley Freire. **Análise do discurso da Resistência mossoroense ao ataque de Lampião**. 2015. 195f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.